

DA “MOVIMENTAÇÃO” AO MANDATO: AS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS DAS “MUITAS” E DA “GABINETONA”

From the “movement” to the mandate: The Democratic innovations of the “Muitas” and the “Gabinetona”

Del “movimiento” al mandato: Las Innovaciones democráticas de las “Muitas” y de la “Gabinetona”

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar o conjunto de inovações democráticas construídas durante as candidaturas e os mandatos coletivos das “Muitas pela cidade que queremos” em Belo Horizonte. As “Muitas” surgem em 2015, com o intuito de agregar atores de diversos movimentos e coletivos sociais a fim de construir candidaturas coletivas para disputar as eleições municipais de 2016. Com o slogan de campanha “votou em uma, votou em todas”, foram lançadas 12 candidaturas para vereança, marcadas por pautas progressistas e de representatividade de gênero, raça e orientação sexual. Foram eleitas duas vereadoras, que propuseram uma série de inovações democráticas com objetivo de compartilhar a tomada de decisões e realizar um mandato participativo. A partir da discussão em torno da democracia, participação social e representação, bem como do conceito de inovações democráticas, busca-se compreender quais e como foram construídas as inovações democráticas ao longo da trajetória das Muitas, bem como seus potenciais democratizantes. Para isso, além de levantamento documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com uma parlamentar e ativistas envolvidos. A pesquisa sinaliza que as inovações em foco contribuíram, ainda que com limitações, para a oxigenação da representação política e da institucionalidade democrática no âmbito legislativo no município.

PALAVRAS-CHAVE: movimento social, inovação democrática, participação social, representação, mandato coletivo.

Flávia de Paula Duque Brasil¹

flaviaduquebrasil@gmail.com

ORCID: 0000-0003-3070-7050

Fernando Resende Anelli¹

fernandoanelli@gmail.com

ORCID: 0000-0002-4105-1352

Rodolfo Pinhón Bechtluft¹

rodolfobechtluft@gmail.com

ORCID: 0000-0001-6876-3264

¹ Escola de Governo – Fundação João Pinheiro

Submetido 25-06-2020. Aprovado 15-02-2021

Avaliado pelo processo de *double blind review*

Editor científico convidado

Felipe Gonçalves Brasil (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP, Brasil)

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v26n85.81772>

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fapemig

Esta obra está submetida a uma licença Creative Commons

ABSTRACT

This article aims to analyze the democratic innovations created during the candidacies and the collective mandates of the movement “Muitas pela cidade que queremos” (many for the city we want – in free translation) in Belo Horizonte. The “Muitas” movement emerged in the capital of Minas Gerais in 2015, with the aim of gathering actors from different social movements in order to build collective candidacies to compete in the 2016 municipal elections. With the campaign slogan “voted for one, voted for all”, twelve candidacies were launched, marked by progressive guidelines and by the representativeness of gender, race and sexual orientation. Two councilors were elected, who proposed a series of democratic innovations with the aim of sharing decision-making and carrying out an open and participatory mandate. Considering democracy, social participation and representation, as well as the concept of democratic innovations, this paper seeks to understand which and how such democratic innovations were built along the trajectory of the “Muitas” movement, as well as their democratizing potentials. For this, semi-structured interviews were made with a parliamentarian and activists, in addition to documentary research related to the experience. The article found that the proposed innovations contributed, despite their limitations, to oxygenate political representation and democratic institutions within the municipal legislative.

KEYWORDS: social movement, democratic innovation, social participation, representation, collective mandates.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el conjunto de innovaciones democráticas adoptadas durante las candidaturas y los mandatos colectivos de las “Muitas pela cidade que queremos” en Belo Horizonte. Las “Muitas” surgen en la capital de Minas Gerais en 2015, con el objetivo de reunir a actores de diferentes movimientos sociales y colectivos con la finalidad de construir candidaturas colectivas para competir en las elecciones municipales de 2016. Con el lema de campaña “votó por una, voto por todas”, se lanzaron doce candidaturas, marcadas por pautas progresistas y por la representatividad de género, raza y orientación sexual. Se eligieron dos concejales, quienes propusieron una serie de innovaciones democráticas con el objetivo de compartir la toma de decisiones y llevar a cabo un mandato abierto y participativo. A partir de la discusión acerca de la democracia, la participación social y la representación, así como sobre el concepto de innovaciones democráticas, se buscó comprender cuáles y cómo se construyeron las innovaciones democráticas a lo largo de la trayectoria de las “Muitas”, así como sus potencialidades democratizadoras. Para eso, se realizaron entrevistas semiestructuradas con una parlamentaria y con activistas, además de una investigación documental. Esta investigación encontró que las innovaciones propuestas contribuyeron, aunque con limitaciones, a oxigenar la representación política y la institucionalidad democrática en el ámbito legislativo del municipio.

PALABRAS CLAVE: movimiento social, innovación democrática, participación social, representación, mandato colectivo.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de construir uma “plataforma de ocupação cidadã na política” nas eleições municipais de 2016, surge em Belo Horizonte, em março de 2015, uma iniciativa coletiva que viria a receber o nome de “Muitas pela Cidade que Queremos”, doravante “Muitas”. Seus participantes eram provenientes de diversos grupos, coletivos e movimentos sociais atuantes na cidade, além de ativistas independentes, que transiavam pelas lutas que compunham um cam-

po efervescente no cenário político local na última década. Dessa forma, as “Muitas” vão se construindo a partir do desejo desses ativistas de lançarem candidaturas às eleições municipais e ocuparem a institucionalidade no intuito de materializar as reivindicações que há anos vinham sendo endereçadas ao poder local.

A construção dessa proposta ocorreu principalmente em reuniões abertas, realizadas em espaços públicos, nas quais se buscou debater temáticas de políticas setoriais, prin-

cípios de atuação e estratégias políticas. Nestes encontros, seus principais valores, ideias e propostas foram sendo discutidos e consolidados. Ao buscar definir a identidade coletiva das Muitas, os participantes entrevistados apontaram alguns pilares que embasaram essa construção e a plataforma das candidaturas. Dentre eles, pode-se citar a premissa de radicalização da democracia, o ideal municipalista de política voltada para o cotidiano da cidade, a confluência máxima no campo progressista, a redução de privilégios e a representatividade de grupos minoritários na política - mulheres, negros, indígenas, LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersex e outros), dentre outros.

A participação das candidaturas das Muitas no processo eleitoral envolveu filiações dos participantes, concentradas em um partido progressista que abrigou a proposta, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Com o slogan de campanha “votou em uma, votou em todas”, foram lançadas 12 candidaturas para vereadores, marcadas por diversas pautas progressistas e pela representatividade dos marcadores sociais de gênero, raça e orientação sexual.

As Muitas elegeram duas vereadoras, sendo que uma delas foi a mais votada do município. Do surgimento da proposta à eleição, as Muitas percorreram um percurso sem precedentes no cenário belorizontino, quiçá brasileiro, o que justifica a análise da experiência. Para materializar suas pautas, além das inovações democráticas moldadas na candidatura, uma série de experiências inovadoras também foram construídas na chamada “Gabinetona”, um gabinete parlamentar compartilhado entre as vereadoras, com equipe

única e contato direto com movimentos, coletivos e ativistas.

Este artigo tem como objetivo geral mapear, caracterizar e descrever as principais propostas inovadoras das Muitas a partir de sua trajetória, abordando seu surgimento e sua caracterização, sua atuação na campanha eleitoral de 2016, bem como o exercício do mandato até meados de 2019, buscando indicar como essas inovações oxigenaram a institucionalidade no âmbito da Câmara Municipal. Têm-se, como objetivos específicos, descrever o contexto de surgimento da experiência e caracterizar as Muitas enquanto movimento social ou “movimentação”.

Este trabalho está dividido em cinco seções, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico; na segunda, os aspectos metodológicos; na terceira, a contextualização do surgimento da experiência; na quarta, a caracterização das Muitas enquanto movimento social ou “movimentação”; e na quinta, os principais resultados do trabalho, respondendo ao objetivo geral proposto.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir das últimas décadas do século XX, destacam-se esforços no sentido de ultrapassar os limites do modelo de democracia que se fez hegemônico, na linha elitista democrática, ancorado estritamente nos marcos da democracia representativa, que reduz a participação ao voto. Destaca-se a tematização da qualidade da democracia e a problematização do referido modelo, seus alcances e limites, especialmente no que se refere à representação dos diversos segmentos sociais e da pluralidade de suas

agendas (Santos & Avritzer, 2002).

No período, têm-se diagnósticos de crise da democracia, a partir de aportes da literatura que apontam para o decréscimo da satisfação e apoio ao regime democrático e para o declínio dos indicadores de qualidade democrática no âmbito global (Magalhães, Ornellas & Brasil, 2020). O diagnóstico de crise nas formas tradicionais de representação política, especialmente nos países ocidentais, é evidenciado por sinais como a diminuição da filiação a partidos políticos e da participação eleitoral, da confiança nos políticos e nas instituições democráticas. Por outro lado, a crise do modelo representativo tradicional, ao lado de outros fatores, tem impulsionado a criação de formas de representação e de participação (RAPS, 2019).

Nesse sentido, desde a entrada em cena dos novos movimentos sociais (feminista, ambientalista, pacifista e de direitos humanos) nos anos 1960-70, esboçam-se propostas democratizantes e de alargamento da participação para além dos arranjos de representação eleitoral. Ao se indagar sobre o significado da participação, Warren (2002) parte do reconhecimento da pluralidade e complexidade nas sociedades contemporâneas e ressalta a pluralização das formas de participação, seja no interior da sociedade civil, seja por meio de arranjos institucionais participativos. O autor aponta para as conexões entre participação e formas de representação não tradicionais (Warren, 2002) que se revelam nas diversas práticas participativas e têm revigorado debates em torno da representação, em uma perspectiva ampliada (Lavalle, Houtzager & Castello, 2006; Avritzer, 2007; Urbinati & Warren, 2018; Almeida, 2018).

As concepções alternativas de democracia que se configuraram nas últimas décadas convergem em seus esforços de ampliação da inclusão política por meio de possibilidades de alargamento das formas de participação, propiciando o aprofundamento ou mesmo a radicalização da democracia. O modelo de democracia participativa cunhado ao final da década de 1970, que tem como referência basilar Pateman (1992), aponta para a incidência nos processos decisórios nas diversas esferas da vida social e coloca em relevo a dimensão de aprendizagem e construção da cidadania (Pateman, 1992; 2012). Por sua vez, o campo da democracia deliberativa tem como referência precursora Habermas (1997 e como princípio a perspectiva de soberania popular, colocando em relevo a dimensão comunicativa, discursiva e dialógica na construção democrática ou, como posto por Santos & Avritzer (2002), na construção de uma nova gramática de relações sociais e entre o Estado e a sociedade.

Na conjunção entre essas linhas, têm-se os esforços de Fung & Wright (2001), com sua noção de governança participativa empoderada, que remete à participação da sociedade nas decisões construídas por meio do diálogo e de acordos, empoderando os diversos atores na medida de sua influência nas decisões que afetam diretamente suas vidas.

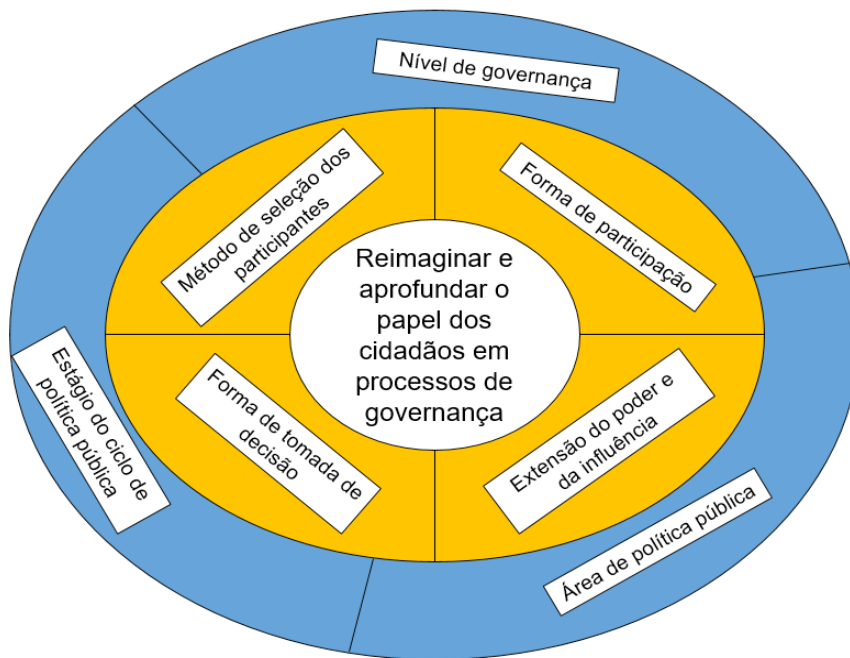
A conexão entre a perspectiva de aprofundamento da democracia nas trilhas da participação e da deliberação tem sido associada à perspectiva de experimentalismo democrático e de inovação. Nesse sentido, Santos & Avritzer (2002) apontam para a articulação *bottom-up* entre inovações sociais

e inovações institucionais associadas ao experimentalismo e às novas formas de participação democrática. Também enfatizando a perspectiva de experimentalismo, Saward (2003) considera que as inovações democráticas expressam compromissos com valores relacionados à participação e à equidade, associados aos imperativos de buscar novas soluções para os problemas sociais. De acordo com Elstub & Escobar (2019), as inovações democráticas correspondem a um universo plural, tornando-se difícil uma caracterização geral. Para os autores, o conceito de inovações democráticas refere-se aos “processos ou instituições desenvolvidas para reimaginar e aprofundar o papel dos cidadãos em processos de governança, ao aumentar oportunidades de participação, deliberação e influência” (Elstub & Escobar, 2017, p. 25). Contudo, uma inovação democrática só pode ser assim considerada em relação ao seu contexto, desde as diferenças entre as democracias incipientes e as democracias consolidadas às especificidades locais.

Nesse sentido, no contexto brasileiro a partir do processo de redemocratização, a Constituição Federal de 1988 (CF-1988) — irrigada por propostas da sociedade civil — apresenta conteúdos inovadores referidos, dentre outros pontos, à descentralização, à ampliação de políticas sociais e à democratização por meio da participação social. Ainda na esteira das mobilizações do período, nas décadas seguintes são formuladas e aprovadas legislações nacionais das

políticas sociais e urbanas, com dispositivos referentes à participação. Em paralelo, considerada a diversidade e as especificidades, os governos locais fazem-se notar pelo experimentalismo e pelas iniciativas inovadoras, como indica Farah (1997; 2006). Podem-se reportar os diversos arranjos institucionais participativos cunhados no âmbito local desde os anos 1990 e no período subsequente. Nos anos 2000, observam-se também avanços relativos à reconfiguração e ampliação da arquitetura participativa no âmbito federal, enquanto, na década atual, Avritzer (2016; 2019) indica um possível esgarçamento das formas de participação institucionalizada, sinalizado a partir de 2013.

Considerando a pluralidade de formatos e contextos, Elstub & Escobar (2017; 2019) desenvolvem um quadro de referências com elementos que podem ser integrados para a análise das experiências em foco, representado na Figura 1. No núcleo do *framework* estaria o conteúdo nuclear das inovações democráticas, qual seja “reimaginar e aprofundar o papel dos cidadãos em processos de governança” (Elstub & Escobar, 2017, p. 14, tradução dos autores). Como conteúdos quase-contingentes estariam quatro elementos: método de seleção dos participantes; forma de participação; forma de tomada de decisão; e extensão de poder e influência. Por fim, elencam-se os conteúdos contextuais: área de política pública; nível de governança; e estágio do ciclo de políticas públicas.

Figura 1. *Framework* para análise de inovações democráticas

Fonte: Elstub & Escobar (2019, p. 21).

A partir dessa tipologia, os autores propõem cinco famílias ou categorias de inovações democráticas, que serão abordadas na seção seguinte, na discussão do modelo analítico.

METODOLOGIA

O caminho metodológico adotado no artigo parte de uma breve revisão teórica do conceito de inovações democráticas inscrito na temática mais abrangente da democracia e da participação social. Nesta seção, apresentam-se as categorias utilizadas para a caracterização das experiências inovadoras das Muitas e da Gabinetona, bem como as fontes e os métodos de coleta de dados e informações adotados.

Para cumprir com os objetivos do trabalho, efetuou-se uma revisão bibliográfica ao lado

de um levantamento documental, principalmente em sítios e plataformas relacionados à experiência em tela. Também se recorreu à observação direta e, em alguma medida, à observação participante, já que um dos autores participou ativamente da construção das Muitas nos anos de 2015 e 2016. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com uma parlamentar e três ativistas envolvidos diretamente com as Muitas e a Gabinetona, entre 2017 e 2019.

A primeira das entrevistas ocorreu com um participante da construção das “Muitas” que não ocupou cargo na Gabinetona, referenciado como Entrevistado A. Outras duas foram realizadas com participantes tanto da construção da proposta das Muitas quanto da Gabinetona (Entrevistadas B e C), sendo que uma delas se tornou vereadora e a outra não foi candidata. A quarta entrevista teve o

DA “MOVIMENTAÇÃO” AO MANDATO: AS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS DAS “MUITAS” E DA “GABINETONA”

objetivo de coletar informações específicas sobre as inovações democráticas e foi realizada com um candidato das Muitas que trabalhou na Gabinetona (Entrevistado D). Para a coleta e análise dos dados mencionados utilizou-se o método da triangulação, conforme Yin (2001), buscando convergir as diversas evidências encontradas – observação direta, observação participante, entre-

vistas semiestruturadas – para realizar uma análise holística.

Como arcabouço analítico, recorreu-se às categorias de Elstub & Escobar (2017; 2019), que se referem a diferentes desenhos institucionais participativos descritos no Quadro 1.

Quadro 1. Categorias de inovações democráticas em Elstub e Escolar (2019)

Categoria	Características
Minipúblicos	Fóruns de cidadãos, selecionados por meio de triagem, para um processo deliberativo em que os participantes se envolvem em expressão discursiva. O modo de tomada de decisão tende a ser a deliberação. O nível de poder e influência é variável. Os mini-públicos têm sido utilizados em diversas áreas e fases do ciclo de políticas públicas e nos diversos níveis de governança.
Orçamento participativo (OP)	Consiste na participação de cidadãos na decisão da alocação de recursos. O OP tende a colocar os cidadãos como tomadores de decisão com autoridade direta ou em um arranjo de cogovernança. Tende a ser aberto a qualquer pessoa, recorrendo ao voto, bem como à audição e expressão discursiva. Tipicamente ocorre no nível local, com tomada de decisões na área urbana.
Referendos e iniciativas cidadãs	Refere-se à votação como modo de participação e tomada de decisão, com auto seleção aberta, tornando o processo potencialmente inclusivo. A maioria oscila entre plebiscitos consultivos e vinculantes. Tende a ser usado como o estágio final de formulação de políticas e em questões de importância nacional. Inclui múltiplos casos de democracia direta em todo o mundo e reflete a ênfase recente em processos de legislação direta iniciados pelos cidadãos.
Governança colaborativa ou participativa	Incluindo desde fóruns públicos até parcerias colaborativas e acordos participativos para assegurar a cooperação e a coprodução entre cidadãos, autoridades públicas e partes interessadas. Inovações de governança colaborativa tendem a acarretar auto- seleção e/ou seleção intencional de participantes. Os modos predominantes de participação são a escuta e a expressão discursiva, com decisões geralmente tomadas através de deliberação, negociação ou barganha. Os arranjos de governança podem ser encontrados em várias áreas e estágios de políticas, bem como nos diversos níveis locais.
Participação digital	Pode abranger toda a gama de métodos de seleção, modos de participação e tomada de decisões e níveis de influência – embora os casos de autoridade direta sejam raros. É igualmente maleável em termos de área de política pública e nível de governança, e pode ser projetado para contribuir durante vários estágios de políticas, desde <i>crowdsourcing</i> até priorização e análise.

A partir das cinco categorias elencadas, as inovações democráticas serão adiante analisadas nos períodos das Muitas e da Gabinete.

O CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DAS “MUITAS”

Para situar o surgimento das Muitas é necessário evocar, de início, o fenômeno nacional e internacional mencionado, de erosão de confiança nas formas tradicionais de representação e nos arranjos de democracia representativa, bem como aspectos específicos do governo local vivenciado em Belo Horizonte a partir de 2009.

Nesse sentido, a proposta das Muitas vai ao encontro de iniciativas surgidas no século XXI, no Brasil e no mundo, que buscam ampliar a participação cidadã no processo legislativo. Um levantamento publicado pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS, 2019) mapeou, no âmbito nacional, 110 candidaturas que se propuseram a implementar mandatos coletivos ou compartilhados, das quais 32 obtiveram sucesso eleitoral. Embora esse levantamento tenha abarcado o período de 1994 a 2018, quase 90% dessas propostas surgiram a partir das eleições municipais de 2016, coincidindo com a primeira candidatura coletiva das Muitas. Nesse sentido, a experiência das Muitas não surgiu de forma isolada no contexto nacional.

Contudo, cabe ressaltar que a proposta começou a ser construída com mais de um ano de antecedência das eleições e que os entrevistados não mencionaram outras experiências nacionais como inspiração para a construção das candidaturas. Por outro

lado, em linhas gerais, os entrevistados afirmam que o sucesso eleitoral da iniciativa influenciou outras propostas de candidaturas coletivas nas eleições seguintes.

O contexto de surgimento das “Muitas” remete significativamente a aspectos específicos da realidade política e social do município de Belo Horizonte, da trajetória dos governos e gestão local. Nesse sentido, destaca-se que no ambiente pós CF-1988, marcado por inovações democráticas no âmbito municipal, Belo Horizonte constituiu uma referência, seja pela construção de uma ampla arquitetura participativa (orçamento participativo, conselhos e conferências), seja pelo repertório e escopo das políticas sociais e urbanas voltadas para a inclusão social. O governo da Frente BH-Popular que se inicia em 1993, a partir da coalizão do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) — tendo à frente o Prefeito Patrus Ananias —, constitui um marco que tem relativa continuidade nos governos posteriores dos anos 1990 e da década seguinte. Contudo, no período 2009-2016, nos governos Márcio Lacerda (PSB), notam-se inflexões na agenda e nas políticas locais, ao lado do relativo enfraquecimento da dimensão participativa (Brasil, Carneiro, Silva & Bechtluft, 2020), engendrando o movimento “Fora Lacerda” já em 2010.

É impossível compreender as “Muitas” sem apresentar um panorama geral do conjunto de grupos, conflitos e reivindicações que moviam um campo político eferescente na cidade, particularmente a partir de 2009. Tal contexto é marcado pela atuação de movimentos sociais e de coletivos emergentes que, de modo geral, apresentam traços comuns: opõem-se a uma gestão pública mu-

nicipal então refratária à participação social, que adotava um modelo de gestão considerado essencialmente como neoliberal; buscam construções políticas mais autônomas e horizontalizadas, distanciando-se de formulações hegemônicas no campo da esquerda institucionalizada; e constroem pautas com relação direta com a esfera local, direito à cidade, ocupação e ressignificação do espaço urbano (Domingues, 2019; Brasil et al., 2020).

Dentre a pluralidade de ações coletivas que compuseram esse campo, destacam-se: iniciativas culturais, de caráter lúdico ou festivo e, ao mesmo tempo, disruptivo, tais como a “Praia da Estação” — que se opõe a um decreto municipal que proibia a realização de eventos na Praça da Estação —; carnaval de rua e hip-hop; luta pelo direito à moradia e das ocupações urbanas informais. Destaca-se, ainda, a atuação do “Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas” e das “Brigadas Populares” nas ocupações urbanas; os movimentos de defesa do meio ambiente urbano; a mobilização contra os impactos da Copa do Mundo de 2014; as reivindicações relativas a gênero e sexualidade; e a luta pelo transporte público (Domingues, 2019; Brasil et al., 2020).

Esse conjunto de movimentos e de pautas foi atravessado pelas manifestações em todo o país em junho de 2013. Conforme aponta Domingues (2019), embora os protestos tenham se dado de forma dispersa e descoordenada, não ocorreram em um vazio político. Em Belo Horizonte, as chamadas “jornadas de junho” de 2013 permitiram que ativistas, grupos e coletivos se encontrassem e disputassem significados durante e após o ciclo de manifestações. Nesse con-

texto, novas iniciativas surgiram na cidade, tais como a “Assembleia Popular Horizontal”; o movimento “Tarifa Zero BH”, que atua na pauta da mobilidade urbana; a ocupação, para fins culturais, do casarão que deu origem ao “Espaço Comum Luiz Estrela”; a disputa pelo uso político e cultural do espaço do Viaduto Santa Tereza; a construção de redes de solidariedade contra os despejos nas ocupações urbanas.

As Muitas surgem nesse contexto, a partir da afluência e da conjunção de pessoas que participavam das mobilizações existentes na cidade e que se dispuseram a participar efetivamente de um processo eleitoral, sendo que a maioria delas nunca havia sido filiada a nenhum partido político. As narrativas dos Entrevistados A, B e C reportam o momento inicial, dos primeiros encontros à tematização da representação, que desembocaram na pauta de ocupar a política institucional:

[a movimentação] surgiu num contexto [...] dessa retomada das esferas públicas mesmo que a gente viveu nas cidades [...] e na cidade de Belo Horizonte é muito forte essa retomada, mas em outras cidades também, e eu acho que junho de 2013 foi só uma fissura, um ápice disso, mas a gente teve em todas as cidades brasileiras mesmo uma retomada do protagonismo dos movimentos ambientais, de mobilidade urbana, o próprio carnaval de rua [...], e alguns desses grupos também com desejo de transformar a cidade a partir da institucionalidade (Entrevistado A).

[...] a gente fez aquele encontro que a gente deu o nome de “uma tarde de sábado”, março de 2015, mas a gente começa a se articular em 2014, um grupo de ativistas

independentes que tinham se encontrado em algumas lutas da cidade sobretudo no “Fora Lacerda,” nos movimentos da “Praia da Estação,” do carnaval de rua, [...] a gente começa a perceber que a gente vinha se constituindo como uma força em Belo Horizonte que na época de eleição se diluía entre representantes que tinham limitações da representatividade, [...] e que estava na hora de a gente fazer uma ocupação institucional (Entrevistado C).

[...] teve um debate em uma das rodas das Muitas que foi lá na Praça Floriano Peixoto sobre a questão da representatividade e a gente falava das agendas dessa outra cidade, da cidade que nós queremos, que podia mobilizar vários temas integrados, né, da água à moradia passando por feminismos e radicalização democrática. Foram temas que nós abordamos nas Explosões Programáticas que nós fizemos em vários espaços, mas ainda não existia uma elaboração tão consequente sobre a ocupação dos espaços de poder quebrando hierarquias e privilégios a partir dos nossos corpos, das nossas diferenças e das nossas desigualdades também de gênero, raça, socioeconômicas, de território (Entrevistado B).

No intuito de ocupar a institucionalidade, o sucesso e a potência da iniciativa estão relacionados com a capacidade de articular pessoas que transitavam por um campo sociopolítico que reunia pautas progressistas, marxistas, libertárias, de inclusão de minorias e de combate às opressões.

Sobre o processo inicial de construção das Muitas, o Entrevistado A menciona outros dois elementos importantes para moldar

a identidade do grupo: a memória de uma gestão popular vivenciada em Belo Horizonte com o governo da Frente BH-Popular e a inspiração advinda das plataformas municipalistas construídas na Espanha, como o “*Ahora Madrid*” e o “*Barcelona en Comú*,” que conseguiram agregar diferentes movimentos sociais e ativistas e que elegeram, em 2015, candidatos às prefeituras em várias cidades.

Em convergência com o formato mais autônomo e horizontal dos novos movimentos sociais, as Muitas propuseram-se a experimentar novas formas de exercer a democracia, idealizando mandatos abertos, coletivos e participativos. Inicialmente, foram realizados encontros temáticos abertos, em diferentes locais, que receberam o nome de “Explosões Programáticas.” Dentre os temas abordados, podem-se citar as questões relativas a moradia, mobilidade urbana, áreas verdes, democracia, cultura e feminismo. Concomitantemente, o grupo desenvolveu uma plataforma colaborativa virtual similar às plataformas das campanhas eleitorais da Espanha, para subsidiar a construção de um programa de campanha colaborativo.

Como o sistema eleitoral brasileiro não permite candidaturas sem partido, uma das frentes de atuação foi o diálogo e a articulação com organizações políticas existentes na cidade, tais como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e a Rede Sustentabilidade. Segundo os entrevistados A, B e C, a escolha do partido que abrigaria as candidaturas deu-se por consenso, em um processo deliberativo realizado nas reuniões abertas semanais. Após intensas discussões e análises da conjuntura político-partidária, optou-

-se coletivamente pela filiação ao PSOL-BH, tendo em vista existir afinidade política, convergência programática das pautas defendidas pelo grupo e necessidade pragmática de concentrar as candidaturas em uma legenda, a fim de atingir o quociente eleitoral. Nas eleições municipais de 2016, foram lançadas 12 candidaturas a vereadores em uma campanha coletiva que utilizou o slogan: “Votou em uma, votou em todas”. Vale lembrar que um dos princípios das Muitas era a representatividade de minorias políticas, isto é, construir candidaturas que dessem relevo aos sujeitos das lutas sociais, com corpos que expressassem diversidade de gênero, raça, orientação sexual e territórios, em busca da paridade. Nesse sentido, é importante registrar que, das doze candidaturas, oito eram mulheres, com presença de candidatas negras, além de uma mulher trans e uma indígena.

O trabalho de campanha foi realizado de maneira integrada e coordenada por meio da criação de um “ateliê criativo”, no qual diversas pessoas trabalharam voluntariamente. Durante a campanha, outras pautas foram incorporadas e outra marca da campanha foi o questionamento dos privilégios dos políticos e, nesse sentido, as candidatas firmaram em cartório um compromisso de doar parte de seus salários e abrir mão de algumas das verbas parlamentares, caso eleitas.

Dos 46 mil votos obtidos pela coligação PSOL-PCB, mais de 35 mil foram destinados às candidaturas das “Muitas” — elegendo duas candidatas, sendo uma delas a vereadora mais votada. Tendo em vista a proximidade de votos recebidos pela segunda e terceira colocada na chapa, foi propos-

ta uma experiência de “coverança”, considerando internamente a terceira candidata como eleita, compartilhando prerrogativas e responsabilidades.

“MUITAS”: MOVIMENTO SOCIAL OU “MOVIMENTAÇÃO”?

Um dos desafios para analisar a trajetória das “Muitas” é o seu enquadramento teórico-analítico. Em linhas gerais, há alguma similaridade da experiência com os esforços de conceituação e caracterização dos movimentos sociais, já que, em alguma medida, podem ser considerados “coletividades formadas por uma pluralidade de atores sociais, organizacionais e institucionais ligados em modelos de interação, com base em identidades compartilhadas, construídas através de relações de conflito e cooperação” (Carlos, 2011, p. 315-316) ou, como posto por Melucci (1996, p. 57), como uma forma de ação coletiva: “(i) baseada na solidariedade, (ii) desenvolvendo um conflito, (iii) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”, cabendo destacar a ênfase do autor nos processos de construção de identidades coletivas que se articulam à construção de significados compartilhados. Ainda, na revisão de Diani & Bison (2010), os movimentos sociais são caracterizados a partir da construção e reprodução de redes informais; identidade coletiva; e engajamento em conflito, considerando que a sua ação coletiva se orientaria para problemas coletivos e/ou expressão de valores.

Alguns aportes específicos da literatura voltada para os movimentos sociais são pertinentes para a abordagem das Muitas. Na linha da teoria do processo político, o conceito de estruturas de oportunidades po-

líticas, a partir de Tilly (1978), constitui um parâmetro político para pensar as brechas ou contextos favoráveis para a mobilização (Bringel, 2012). Também nessa linha tem sido problematizado o fenômeno da institucionalização dos movimentos sociais, tendo Tarrow (2009) como uma das referências. Nessa perspectiva, a institucionalização se sucederia à fase mobilizatória, implicando mudanças organizacionais, ao lado de mudanças no repertório de ação. Carlos (2011, p. 320-322) sublinha nessa abordagem o processo de institucionalização das táticas dos movimentos como “um caminho que frequentemente é bem-sucedido ao custo de transformar o movimento em um partido ou grupo de interesse”.

No caso das Muitas, ressalta-se que, desde o início, tem-se em vista a institucionalização, expressa no mote de ocupação do legislativo municipal. Em maior ou menor medida, as Muitas encaixam-se nos corpos teóricos aqui mencionados, observando-se a presença da perspectiva conflitual e a construção de redes informais, de significados compartilhados e identidades coletivas.

No entanto, os participantes entrevistados não se identificam com a noção de movimento social, reconhecendo-se como uma “movimentação”, que se endereça à institucionalidade:

[...] as Muitas foram muito mais um catalisador de uma vontade, de um sentimento, de um contexto, do que realmente um movimento, assim. Nunca li dessa maneira, tanto que a gente falava em movimentação para dar esse sentido mais fluido assim, porque é difícil precisar mesmo (Entrevistado A).

[...] o que nos aglutinou é um ideal municipalista. A gente se vê até hoje inclusive como uma movimentação, eu gosto de fazer essa diferenciação que eu acho inclusive que nós não somos um movimento. [...] É uma movimentação municipalista voltada para as demandas concretas da vida da população: mobilidade, ocupação do espaço público, feminismo, antirracismo, [...] as pautas das mulheres, das populações negras, dos LGBTIQs, dos povos e comunidades tradicionais, que aos poucos vão se aproximando, mas com uma proposta de resolutividade, de sair um pouco das grandes elaborações do campo progressista e até mesmo da macroeconomia e tal e vir para o cotidiano das cidades, o que vem afetando as pessoas. Isso são as pautas que nos aglutinaram, essas pautas mais imediatas da vida, da cidade, ocupações urbanas, cultura (Entrevistada C).

Marques (2019, p. 68) entende que as Muitas se conformam enquanto conectoras de movimentos sociais e experiências já existentes, promovendo uma convergência de pautas e lutas:

É importante perceber como a elaboração das “Muitas” parte de uma perspectiva pragmático-teórica conectada com os movimentos e as resistências que já existiam nos territórios há anos. A “movimentação” propõe-se ao deslocamento das práticas articulatórias de maneira a promover conexões prováveis, mas que ainda não tinham sido viabilizadas em decorrência de estruturas de desmobilização e ruptura como as empregadas por Márcio Lacerda enquanto Prefeito de BH. As “Muitas” passam a colocar em prática metodologias de promoção de conexões e sistematização das pautas

DA “MOVIMENTAÇÃO” AO MANDATO: AS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS DAS “MUITAS” E DA “GABINETONA”

das lutas de maneira propositiva e programática, promovendo visibilidade e projeção de lideranças e projetos progressistas já legitimados e em andamento nos territórios (Marques, 2019, p. 68).

Mais além, o entrevistado A enfatiza a plataforma de ocupação das eleições de 2016 como objetivo e, nesse sentido, aponta que as Muitas já surgem com o projeto de “ser essa interface dos movimentos sociais com uma institucionalidade”.

Ou seja, na perspectiva dos participantes entrevistados, as Muitas seriam uma proposta de construção coletiva e propositiva a partir da convergência de movimentos sociais atuantes na cidade e com o objetivo de ocupação da institucionalidade por meio das eleições municipais. Conforme mencio-

nado, para alcançar o objetivo e construir uma proposta de radicalização democrática, uma série de iniciativas inovadoras foram criadas pelas Muitas e, posteriormente, pela Gabinetona.

INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Nesta seção, busca-se mapear, caracterizar e descrever as principais propostas inovadoras das Muitas e da Gabinetona, tendo em vista identificar como essas inovações oxigenaram a institucionalidade no âmbito da Câmara Municipal. Para tal, foram mobilizadas as categorias elencadas a partir da tipologia de Elstub & Escobar (2019) — já sintetizadas no quadro 1 —, que permitiram a categorização das experiências no período das Muitas e da Gabinetona, respectivamente apresentadas nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2. Principais inovações democráticas das Muitas

Inovações	Descrição	Categoria associada
Explosões Programáticas	Ocorridas em espaços públicos da cidade, com objetivo de discutir de maneira horizontal e programática pautas importantes para a construção da <i>movimentação</i> . Eram centradas em um foco temático, com debate livre e aberto, mas contando com a orientação de pessoas que tenham vivido experiências naquelas pautas. As propostas foram registradas, pautando um documento síntese da “movimentação” e discussões posteriores (Entrevistado D). Meio ambiente, mobilidade urbana, igualdade de gênero, cultura, democracia radical, gasto público e combate à corrupção foram temas discutidos (Marques, 2019).	Mini-públicos
Plataforma de propostas online	Baseadas em plataformas de movimentos municipalistas espanhóis, como o “ <i>Ahora Madrid</i> ” e o “ <i>Barcelona en comú</i> ”, utilizou-se a base de código para propor uma plataforma de discussão. Foram incluídas, inicialmente, 120 propostas derivadas das Explosões Programáticas e, posteriormente, com a inclusão de propostas por cidadãos, elas passaram de 400 (Entrevistado D). Como principal funcionalidade, “as propostas recebiam votos e destaque na medida em que o apoio aumentava, evidenciando as prioridades para o mandato coletivo” (Marques, 2019, p. 106).	Participação digital

“Votou em uma, votou em todas”	Decisão de construir candidaturas coletivas, envolvendo o compromisso de fazer campanha um para o outro, de arrecadar recursos em conjunto e compartilhar custos. Criou-se um ateliê colaborativo em que a produção dos materiais de campanha também foi elaborada de maneira conjunta. O principal elemento gráfico da campanha foi uma sanfoninha impressa contendo as 12 candidaturas com o perfil dos candidatos e suas pautas (Entrevistado D).	Outros: campanha coletiva
--------------------------------	--	---------------------------

Como mencionado, há limitações na tipologia, de modo que as experiências que não se enquadraram foram categorizadas como “Outras”. Como indicado no quadro seguinte,

as iniciativas na Gabinetona, em sua maioria, enquadram-se na categoria governança participativa.

Quadro 3. Principais inovações democráticas da Gabinetona

Inovações	Descrição	Categoria
Gabinetona	Gabinete conjunto e compartilhado, sem divisórias e com equipe única. Tendo em vista a diferença de apenas 32 votos entre Cida Falabella e Bella Gonçalves (terceira colocada na chapa, não eleita), institui-se a <i>coverança</i> — experiência de mandato coletivo. (Entrevistado D). Foi dada a possibilidade a todas as candidatas de participarem da composição da Gabinetona (Marques, 2019). Das doze, só três não integraram a equipe.	Governança participativa
Chamada pública para composição da Gabinetona	A Gabinetona municipal foi composta por 40 pessoas, sendo que 7 delas passaram a compor a equipe por meio de um chamamento público (Gabinetona, 2019b): “Parte das vagas foi preenchida com chamamento público aberto à cidade, tendo se inscrito mais de 4.000 pessoas com variados perfis” (Marques, 2019, p. 116). Também nesse processo foram observados os marcadores de gênero, raça e orientação sexual (Entrevistado D).	Governança participativa
Grupos Fortalecedores (G.Fortes)	“Grupos temáticos e/ou territoriais para debate, articulação política e colaboração especializada com o mandato. Servem como grupo de referência temático para escuta qualificada e diálogo permanente com a cidade [...]” (Marques, 2019, p. 127). “[...] o Grupo Fortalecedor é uma espécie de conselho político temático [...] é um grupo que pega e faz junto com a gente várias coisas, para vários temas” (Entrevistada B).	Governança participativa
LabPops	Os Laboratórios Populares de Leis (LabPops) são oficinas para construção e/ou análise de Projetos de Lei (PL) de forma aberta e colaborativa — podem ser PLs do próprio mandato ou que estejam em tramitação. Geralmente presenciais (Marques, 2019). Todos os PLs elaborados até o momento na Gabinetona são derivados de LabPops (Entrevistado D).	Governança participativa

DA “MOVIMENTAÇÃO” AO MANDATO: AS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS DAS “MUITAS” E DA “GABINETONA”

Zonas Megafônicas	“Eventos realizados em parceria com movimentos e colaboradorxs externxs que promovem o encontro de corpos diversos para megafonizar as lutas sociais, por meio de debates políticos e ações culturais. São encontros de grande visibilidade e caráter espetacular para discutir temas transversais ao mandato” (Marques, 2019, p. 128).	Mini-públicos
Zonas de Confluência	“[...] debates em múltiplos formatos produzidos pela “Gabinetona” sobre temas afins ao mandato e reuniões de compartilhamento de experiências para ampliação da resistência no campo popular” (Marques, 2019, p. 128). São espaços para conversar politicamente a respeito de temas específicos [...] contando com a presença de especialistas ou figuras políticas (Entrevistado D).	Mini-públicos
Balancos abertos do mandato	Balancos do mandato abertos à cidade, realizados semestralmente em espaços públicos, para prestar contas das ações e das decisões, além de dialogar com os cidadãos (Gabinetona, 2019d). Envolve o detalhamento sobre projetos, visitas técnicas realizadas e ações, organizadas em materiais que permitam diálogo com a população. Espaço para conversa direta com assessores, que respondem individualmente aos questionamentos dos cidadãos (Entrevistado D).	Mini-públicos
Mapa de circulação	Mapa interativo online com registros de locais e ações realizadas pelo mandato nas diversas regiões de Belo Horizonte, na Região Metropolitana, além de atividades em outros Estados (Gabinetona, 2019c).	Outros: Transparência
Grupo de Teatro “AzDiferentonas”	“[...] grupo de teatro experimental e de educação popular da “Gabinetona”, que nasceu do desejo de promover uma releitura do teatro legislativo de Augusto Boal, como método de criação, participação e mobilização popular. Tem como objetivos desenvolver uma rede articulada de Núcleos de Teatro do Oprimido em BH e Região Metropolitana, criando experiências com o Teatro Legislativo (...), além de realizar intervenções cênicas pelas ruas. Sua função é ser o elo poético e artístico visceral do mandato com a cidade, permitindo a tradução de referida linguagem em projetos de lei, audiências públicas, requerimentos e demais ferramentas regimentais” (Marques, 2019, p. 129-130).	Governança participativa
“Cê Fraga?”	Chamada pública para cartografar iniciativas sociais e culturais do município. Em sua primeira edição, foram mapeadas 313 iniciativas, sendo que 19 delas receberam uma doação de R\$ 5 mil. Na segunda edição, com a temática de “Cultura Viva pelo bem viver”, foram 198 iniciativas mapeadas e 15 selecionadas para receber doações (Gabinetona, 2019a). Ressalta-se que as doações são decorrentes de um fundo composto por doações de parte dos salários das parlamentares e o processo de seleção dos projetos a serem contemplados é realizado por pessoas externas à Gabinetona, inseridos em atividades artísticas e culturais diversas — de grupos religiosos de congado, da cena do <i>hip-hop</i> , da cena teatral etc. (Entrevistado D).	Orçamento participativo

As inovações democráticas categorizadas nos Quadros 2 e 3 revelam uma multiplicidade de experiências, com objetivos e formatos diversos, o que indica que o princípio da radicalização democrática se refletiu efetivamente na construção política das iniciativas tanto do período das Muitas quanto do mandato da Gabinetona. Evidencia-se a preponderância de experiências que criam espaços de participação presencial, com debate, discurso e argumentação — portanto, de deliberação —, em detrimento da participação virtual ou de métodos de agregação de preferências, como a votação. Das 13 experiências listadas, nenhuma iniciativa foi categorizada como “referendo” e apenas uma delas foi categorizada como “participação digital”, sendo que ela foi utilizada somente no período das Muitas. Assim, aponta-se para uma tendência de que os processos políticos das Muitas e da Gabinetona sejam horizontais e presenciais, com prevalência de experiências de minipúblicos e de governança participativa, com práticas participativas e deliberativas.

Além das inovações democráticas levantadas, o princípio da radicalização democrática pode ser observado também nas relações e práticas cotidianas do exercício do mandato. Na opinião de uma das entrevistadas, a característica mais radical da Gabinetona está relacionada com a abertura e a porosidade do mandato aos movimentos sociais e às lutas da cidade:

[...] o principal da nossa radicalidade está no que às vezes é intangível, mas nessa porosidade que o mandato tem em relação às lutas da cidade, aos movimentos da cidade, . . . essa porosidade eu acho

que é o mais radical que a gente tem da participação popular (Entrevistada C).

Em relação à capacidade de oxigenar a institucionalidade, pode-se afirmar que, apesar de terem formulado uma série de inovações porosas às demandas dos cidadãos, há uma série de limites relacionados ao próprio exercício do poder por um gabinete do Legislativo municipal como relata uma das entrevistadas:

[...] a institucionalidade, ela também nos comprime para um lugar cada vez menos experimental, porque a dinâmica aqui é muito embrutecida e, se a gente não conseguir cobrir bem o funcionamento jurídico, de comunicação e outras coisas, a gente não sobrevive aqui. Então, eu acho que, de tempos em tempos, tem que surgir essas movimentações muito ousadas, desavisadas, que não conhecem o funcionamento por dentro, porque a nossa disposição para criar, para inovar, vai ser sempre muito maior até pela inexperiência (Entrevistada B).

Dessa maneira, mesmo com o grau de mobilização e do alcance popular das experiências, com impactos no cotidiano da Câmara Municipal, o fato de a institucionalidade ter uma cultura e lógica de funcionamento próprias freia a disseminação de propostas mais radicais criadas pelas Muitas e pela Gabinetona.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se construir, com o presente trabalho, uma visão geral da experiência das Muitas e da Gabinetona. Contextualizou-se

a experiência movimentalista, abarcando a conjuntura anterior ao seu surgimento, que pode ser analisada sob a chave de oportunidades políticas configuradas por um ciclo local (e nacional) de mobilizações. Tal contexto favoreceu o encontro e a mobilização de seus atores e a construção inicial da proposta.

Posteriormente, buscou-se construir uma caracterização da iniciativa como movimento social e também como “movimentação”, conforme a designação proposta pelos ativistas. A partir do conceito de inovações democráticas e da tipologia de Elstub & Escobar (2019), as experiências das Muitas e da Gabinetona foram sistematizadas. Apesar da relativa dificuldade de enquadramento de algumas das experiências na tipologia adotada, o mapeamento realizado permite destacar: a predominância de espaços presenciais de participação; com discussão aprofundada e práticas deliberativas, em detrimento de recursos agregativos de tomada de decisão.

Mais além, as inovações democráticas criadas pelas Muitas e pela Gabinetona (desde os processos de articulação e mobilização de atores, da construção de propostas e de sua plataforma e das suas práticas) têm contribuído para a oxigenação da representação política e das práticas no âmbito do Poder Legislativo, ainda que com limitações. As principais contribuições encontradas relacionam-se à diversidade do experimentalismo democrático e “à multiplicidade de práticas democratizantes criadas, bem como à porosidade da “movimentação” e do mandato à participação democrática de ativistas e cidadãos.

Como limitações da pesquisa, destaca-se que o rol de entrevistados poderia alargar-se, incluindo atores da sociedade civil que participaram especificamente de algumas das inovações da Gabinetona, bem como outros parlamentares municipais. Esse alargamento possibilitaria o aprofundamento na análise das possibilidades de oxigenação e das tensões derivadas das inovações no Legislativo.

A abordagem aqui efetuada a respeito das Muitas enseja reflexões no campo de públicas e suas interfaces. Dentre outros pontos, evidencia questões presentes nos debates contemporâneos, como os limites dos arranjos de representação tradicionais, bem como dos arranjos de participação institucionalizada e de seus mecanismos de representação, que têm favorecido a emergência de novos atores coletivos, como as Muitas. Tais limites evocam a necessidade de esforços no sentido de redesenhos de instituições participativas, tendo em vista seu aprimoramento, para os quais as iniciativas inovadoras examinadas podem constituir-se como referências. Cabe sublinhar a conexão entre inovação social e inovações institucionais no Legislativo municipal, na trilha do aprofundamento democrático e da governança participativa.

Ressalta-se que, para estudos futuros, é possível abordar a continuidade das experiências aqui analisadas, para além de 2019. No caso focalizado, a vitória eleitoral das Muitas nas eleições de 2018, tendo eleito uma deputada estadual e uma deputada federal, a partir do que se fundou a “Gabinetona Expandida”, e as eleições de 2020, configuram novos acontecimentos e desdobramentos a serem mapeados e analisados.

REFERÊNCIAS

- Almeida, D. C. R. de. (2018). Representação política: A virada construtivista e o paradoxo entre criação e autonomia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(97), e339705. doi:10.1590/339705/2018
- Avritzer, L. (2007). Sociedade civil, instituições participativas e representação: Da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, 50(3), 443-464. doi:10.1590/S0011-52582007000300001
- Avritzer, L. (2019) *The Double Crisis of Representation and Participation in Brazil* (55:3), 251-263. doi: 10.1080/00344893.2019.1572646
- Avritzer, L. (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil, F. P. D., Carneiro, R., Silva, T. S. A. & Bechtluft, R. P. (2020). Movimentos sociais e cidade. *Serviço Social em Revista*. 23(1)120-142. doi:10.5433/1679-4842.2020v23n1p120
- Bringel, B. (2012). Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, 2(03)43-67. doi:10.1590/2238-38752012v233
- Carlos, E. (2011). Movimentos sociais: Revisitando a participação e a institucionalização. *Lua Nova*, São Paulo, 84, pp.315-348. doi:10.1590/S0102-64452011000300011
- Diani, M. & Bison, I. (2010). Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, pp. 220-249. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681/1478>
- Domingues, L. B. (2019). Junho de 2013: *Atores, práticas e gramáticas nos protestos em Belo Horizonte*. 2019. 204 f.(Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de <http://hdl.handle.net/1843/30890>
- Elstub, S., & Escobar, O. (2019). Defining and typologising democratic innovations. In S., Elstub, & O., Escobar (Ed.), *Handbook of Democratic Innovation and Governance* (pp. 11–31). Edward Elgar Publishing. doi:10.4337/9781786433862.00009
- Elstub, S., & Escobar, O (2017). *A Typology of Democratic Innovations*. Paper for the Political Studies Association's Annual Conference, Glasgow. Recuperado de <https://www.oidp.net/docs/repo/doc631.pdf>
- Farah, M. F.S. (1997). Governo local e novas formas de provisão e gestão de serviços públicos no Brasil. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 2(4). doi: 10.12660/cgpc.v2n4.43830
- Farah, M. F.S. (2006) Inovação e governo local no Brasil contemporâneo. In: P. Jacobi, J.A. Pinho (org.), *Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares* (pp. 41-77). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Fung, A; Wright, E. O. (2001) Deepening democracy: Innovations in empowered partici-

patory governance. *Politics & Society*, (29)1, 5-41. doi:10.1177/0032329201029001002

Gabinetona. (2019a) *Cê Fraga?*. Recuperado de <https://gabinetona.org/cefraga/>.

Gabinetona. (2019a) *Cê Fraga?*. (2019b) Equipe. Recuperado de <https://gabinetona.org/quem-constroi/equipe/>.

Gabinetona. (2019a) *Cê Fraga?*. (2019c) Mapa de circulação. Recuperado de <https://gabinetona.org/transparencia/mapa-de-circulacao/>.

Gabinetona. (2019a) *Cê Fraga?*. (2019d) Transparência. Recuperado de <https://gabinetona.org/#transparencia>.

Habermas, J. *Direito e democracia: Entre factilidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v.2.

Lavalle, A. G., Houtzager, P. P., & Castello, G. (2006). Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (67), 49-103. doi:10.1590/S0102-64452006000200004

Melucci, A. (1996). *Challenging codes*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.

Magalhães, B. D.; Ornelas, G. M.; Brasil, & F. de P. D. (2020) Democratic deconstructions and resistances. The struggle over participatory institutional legal frameworks in contemporary Brazil. *Cescontexto*, 27, p 142-164. Recuperado de https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_xxvii.pdf.

Marques, G. P. (2019). *Megafonizar as lutas: A experiência das Muitas e da Gabinetona em Belo Horizonte*. 2019. 183 f. (Dissertação de Mestrado Programa, Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de <http://hdl.handle.net/1843/31969>

Pateman, C.. (1992) *Participação e teoria democrática*, trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pateman, C. (2012) Participatory democracy revisited. *Perspectives on politics*, 10(1)7-19. doi: 10.1017/S1537592711004877

RAPS-Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (2019). *Mandatos Coletivos e Compartilhados: Desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI*. Recuperado de https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf

Santos, B. de S., & Avritzer, L. (2002). Para ampliar o cânone democrático. In: B., de S., Santos, B. de S. (org.) *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Saward, M. (2003). Democratic innovation. In M., Saward. (org) *Democratic Innovation: Deliberation, Representation and Association*. Abingdon: Taylor & Francis E-library:241. Recuperado de <https://books.google.com.br/>

Tarrow, S. (2009) [1998]. *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. Nova York: Random House.

Urbinati, N; & Warren, M. (2008), The concept of representation in contemporary democratic theory. *Annual Review of Political Science*, 11: pp. 387-412. doi: 10.1146/annurev.polisci.11.053006.190533

Warren, M. (2002). What Can Democratic Par-

ticipation Mean Today? *Political Theory*, 30(5), 677-701. doi:10.1177/0090591702030005003

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.